

CAPITALISMO EM DEBATE

UMA CONVERSA NA TEORIA CRÍTICA



NANCY FRASER
RAHEL JAEGGI





Este livreto foi editado a partir de um trecho da obra
Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica,
de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (Boitempo, 2020).

Tradução: Nathalie Bressiani
Já nas livrarias!

SIGA A BOITEMPO

  boitempo

 /tvboitempo

 blogdaboitempo.com.br

 @editoraboitempo

INTERSECÇÕES: PERSPECTIVAS PARA UM CAPITALISMO PÓS-RACISTA E PÓS-SEXISTA

Rahel Jaeggi: Sua concepção expandida de capitalismo une de modo impressionante muitas estruturas de dominação e opressão, mas também carrega certos riscos. Um perigo que me vem à mente é a tentação de hierarquizar diferentes formas de dominação. Podemos nos lembrar dos debates, no passado, entre feministas e marxistas acerca da “teoria dos sistemas duais”. Alguns marxistas se prendiam à ideia de que a “contradição primária” é sempre o capitalismo e a luta de classes capitalista, enquanto a dominação de gênero é somente uma contradição secundária; ou seja, para eles, quando resolvermos a contradição do capitalismo, o mesmo ocorrerá com todos os outros problemas secundários. As feministas lutaram muito contra esse tipo de argumento.

Por esse motivo, alguém poderia ficar receoso de que sua figura se aproxime muito desse tipo hierárquico de teorização e não seja capaz de oferecer uma explicação funcionalista convincente sobre as dependências entre as diferentes formas de dominação. Alguém poderia

argumentar, por exemplo, que a dominação de gênero não é mais uma necessidade funcional para o capitalismo – se é que já foi algum dia – e que, portanto, pode ser superada sem a superação do capitalismo. Mais importante, alguém poderia defender o inverso: que a dominação de gênero pode não desaparecer com o capitalismo. Vemos essas campanhas telhado de vidro no feminismo e esse tipo de ideal “*united colors of Benetton*” em ascensão. Os empregadores podem considerar desperdício de capital humano negligenciar o talento com base em raça ou gênero. Assim, parece possível que o racismo e o sexismo sejam vistos como obstáculos à eficiência e à acumulação capitalista. Tomemos como exemplo a necessidade de trabalho imigrante. Houve um esforço recente para atrair especialistas de TI da Índia para a Alemanha, que tem um déficit de trabalho qualificado. Esse esforço foi recebido com uma campanha de direita cujo lema era “*Kinder statt Inder!*” [crianças em vez de indianos], por meio do qual eles queriam dizer que alemães deveriam produzir mais crianças em vez de admitir estrangeiros. Esse seria, então, um exemplo de um tipo de racismo profundo e culturalmente enraizado que está se tornando um obstáculo à acumulação capitalista. Essa suposição sugere que podem surgir circunstâncias sob as quais sexismo e racismo entrem em conflito com imperativos capitalistas.

Minha questão é entender como essas formas de dominação e opressão trabalham conjuntamente. Quão perto você chega de renovar a figura da contradição primária/secundária, em oposição à da interseccionalidade?

Nancy Fraser: Há uma série de questões importantes aqui. Deixe-me dizer, para início de conversa, que rejeito enfaticamente a noção da contradição primária/secundária. Todo o objetivo de expor “terrenos ocultos” adicionais, para além daquela enfatizada por Marx, foi mostrar que as formas de opressão que eles englobam – subordinação de gênero e de raça, imperialismo e dominação política, depredação ecológica – são características estruturais inerentes à sociedade capitalista, tão profundas quanto exploração e dominação de classe. Todo o objetivo de meu argumento é refutar a visão de que só a classe seja estrutural. Eu defenderia a mesma coisa contra qualquer um que buscasse colocar outra instância singular naquela posição privilegiada de “contradição primária”.

Ainda assim – e este é meu segundo ponto –, também rejeito abordagens pluralistas ou aditivas, como uma teoria dos sistemas duais (ou triplos). Longe de conceber o capitalismo, o patriarcado e a supremacia branca como “sistemas” separados, que se articulam de forma misteriosa, proponho uma teoria *unificada*, na qual todos os modos de opressão (gênero, “raça”, classe) estejam estruturalmente ancorados numa única formação social – no capitalismo, compreendido de modo amplo, como uma ordem social institucionalizada. Ao contrário das teorias da interseccionalidade, que tendem a ser descritivas, focadas nos modos pelos quais as posições de sujeição existentes atravessam umas as outras, minha concepção é explicativa. Olhando para trás daquelas posições de sujeição, para a ordem social que as gera, identifico os mecanismos

institucionais por meio dos quais a sociedade capitalista produz gênero, raça e classe como eixos de dominação que se atravessam.

Há também um terceiro ponto. Ao contrário do que você acabou de dizer, rejeito a visão de que qualquer um desses modos de dominação seja apenas “funcional” para a acumulação de capital. Em minha concepção, todos ocupam posições contraditórias. Por um lado, oferecem condições para a acumulação; por outro, são espaços de contradição, potencial crise, luta social e normatividade “não econômica”. Isso vale para classe, como Marx insistiu, mas igualmente para gênero, raça e imperialismo, bem como para democracia e ecologia.

Por fim, nada do que eu disse aqui exclui a possibilidade de o capital (ou algumas de suas frações, sob certas circunstâncias históricas) vir a enxergar (certas formas recebidas de) racismo e/ou sexismo como obstáculos para suas estratégias (historicamente específicas) de acumulação (em determinada conjuntura). Contudo, note quantas qualificações tive de introduzir na sentença para formular a ideia de forma válida. O ponto é que sua questão tem de ser abordada *historicamente*. Tudo depende do regime de acumulação em vigência, de como e onde suas fronteiras constitutivas foram desenhadas, da medida em que sua matriz institucional se desmantela e alternativas são exploradas. Então, concordo com você que qualquer ordem racial ou sexual dada possa se mostrar prejudicial a pelo menos alguns setores do capital, sobretudo em momentos de crise, quando estratégias de acumulação

estabelecidas parecem esgotadas e uma busca por configurações alternativas está em andamento. Algo semelhante talvez aconteça hoje, como você sugere. Ainda assim, isso está longe da afirmação categórica geral de que o capitalismo pode, em princípio, se manter *simpliciter* sem a hierarquia de gênero ou racial.

Jaeggi: Isso me leva à questão que me incomodou ao longo de toda a discussão. Nosso debate neste capítulo é como historicizar o capitalismo. Ao mesmo tempo, esse quadro geral que você elaborou não parece, ele mesmo, historicizado; permanece mais ou menos estável ao longo de períodos históricos. Em que sentido o capitalismo é realmente “histórico” e em que sentido ele está sujeito a uma lógica “fixa”? E como você interpreta a relação entre esses aspectos históricos e fixos de seu quadro geral?

Por exemplo, você diz que o capitalismo sempre precisa de sujeitos para a exploração e a expropriação. Se esse é o caso, não seria possível falar naquilo que alguns sociólogos chamam de “equivalentes funcionais”? Em outras palavras, como você acabou de dizer, explorados e expropriados nem sempre precisam ser o mesmo grupo. Não há nenhuma razão para que eles tenham de ser obrigatoriamente definidos por linhas de gênero ou de raça. Se isso for verdade, talvez fosse possível radicalizar um pouco mais a tentativa de historicizar o capitalismo e dizer que as ordens de gênero e racial descrevem os modos empíricos por meio dos quais a exploração e a exploração foram organizadas.

Fraser: Minha visão é que toda forma de capitalismo distingue produção de reprodução, exploração de expropriação. Essas divisões não são historicamente contingentes; são constitutivas da sociedade capitalista. Mas você pergunta corretamente: disso se segue que as dominações de gênero e racial também sejam *constitutivas* do capitalismo? Ou seriam historicamente contingentes? Poderia existir uma forma de sociedade capitalista que dividisse produção de reprodução em outra base que não a de gênero? Poderia haver uma forma histórica de capitalismo em que a distinção entre expropriação e exploração fosse organizada em outra base que não a de raça?

Essas são questões profundas e importantes, mas também complicadas. Estaríamos indo pelo caminho errado, creio, se começássemos supondo que pessoas só *são* divididas por raça e gênero por uma questão de fato, independentemente de processos sociais e relações de poder, e depois passássemos a nos perguntar se a sociedade capitalista poderia não designar de maneira aleatória essas pessoas, já marcadas pelo gênero e pela raça, para a produção ou a reprodução, para a exploração ou a expropriação. Essa suposição inicial vira as questões de cabeça para baixo. Longe de serem dadas como questões de fato, as “diferenças” de gênero e de raça são produtos das dinâmicas de poder que designam indivíduos para posições estruturais na sociedade capitalista. A divisão de gênero pode ser mais antiga do que o capitalismo, mas assumiu sua forma moderna supremacista masculina apenas no capitalismo e mediante a separação entre produção e

reprodução. O argumento análogo vale para raça. Embora a “diferença racial”, como a compreendemos agora, possa ter algumas afinidades com formas anteriores de preconceito por cor, só tomou sua aparência supremacista branca moderna e imperialista no capitalismo, por meio da separação entre exploração e expropriação. Sem essas duas divisões e as formas de subjetivação que as acompanham, nem a dominação racial nem a de gênero existiriam de modo parecido com suas formas atuais.

Pelo mesmo motivo, entretanto, essas formas de dominação *têm* de existir sempre que arranjos sociais desvinculam produção e exploração de reprodução e expropriação e atribuem a responsabilidade por esses dois terrenos ocultos a populações especialmente designadas. Esse seria o caso mesmo se as pessoas marcadas para a reprodução e/ou a expropriação não fossem, em uma dimensão desproporcional biologicamente mulheres e/ou de ascendência africana. A despeito de quem fossem, essas pessoas seriam feminilizadas e/ou racializadas, sujeitas à dominação de gênero ou racial. Isso joga uma luz diferente sobre o assunto. Uma vez que gênero e raça são compreendidos da forma correta, de um modo pragmático e dessubstancializado, como resultados, mais que como dados, a conclusão parece inescapável: se o capitalismo requer que produção e exploração sejam respectivamente separadas da reprodução e da expropriação, bem como que as funções destas sejam atribuídas a classes separadas e distintas de pessoas, designadas para esse propósito, ele não pode ser desvinculado das opressões de gênero e racial.

Jaeggi: Sua resposta levanta uma questão teórico-social interessante. Você diz que, por definição, o capitalismo separa a história oficial da exploração e da produção de mercadorias da história de fundo da expropriação e da reprodução social. Diz também que racismo e sexismo são inerentes ao capitalismo enquanto este atribuir as funções da história de fundo a populações especialmente designadas, que, como resultado, serão feminilizadas e racializadas. Você deixa, contudo, outra possibilidade em aberto. E se o capitalismo não depender dessa segunda condição? E se ele expropriasse e “reprodutivizasse” quase todo mundo, exigindo trabalho naqueles terrenos ocultos de toda a população sem capital, para cima e além do que exige das pessoas no trabalho assalariado explorado? Esse não é um cenário possível? E, caso seja, o resultado não poderia ser um capitalismo não racista e não sexista? Por fim, não poderíamos nos mover nessa direção hoje, tendo em vista o que você disse sobre a universalização da expropriação no capitalismo financeirizado contemporâneo?

Fraser: Bom, você foi ao cerne da questão! Então, deixe-me tentar fazer o mesmo. O cenário que você acabou de esboçar é, com certeza, logicamente possível. Contudo, acredito que possamos descartá-lo por propósitos práticos. Para ver o porquê, olhemos mais uma vez para a atual conjuntura. Você tem razão: o capitalismo financeirizado é um regime de expropriação universalizada. Não apenas as populações racializadas, como também a maior parte dos “brancos”, recebe agora um salário que não cobre

todos os custos de sua reprodução. Não mais protegidos pelo provisionamento público, pelas proteções de falência, pela força dos sindicatos e pelos direitos trabalhistas, eles também estão à mercê da “austeridade”, de credores predatórios e do emprego precário. Pela mesma razão, a exploração também vem sendo universalizada. Não só homens, mas também a maioria das mulheres, têm de vender sua força de trabalho para alimentar as famílias. Impedidas de acessar uma generosa “pensão materna” e de reivindicar um “salário provedor”, elas têm de bater ponto por longas horas de trabalho, muitas vezes superiores às quarenta horas semanais, antes padrão. Ainda assim, o capitalismo de hoje é qualquer coisa, menos pós-racista ou pós-sexista. Como eu disse, os fardos da expropriação ainda recaem de maneira desproporcional sobre as pessoas não brancas, que permanecem muito mais propensas a pobreza, desabrigo, doença, violência, encarceramento e predação pelo capital e pelo Estado. Do mesmo modo, o ônus do trabalho reprodutivo ainda recai muito mais sobre os ombros das mulheres, que permanecem bem mais propensas do que os homens a chefiar domicílios sozinhas, com responsabilidades de cuidado primário e, provavelmente, tendo de cumprir “dupla jornada”, voltando para casa após um longo dia de trabalho pago para cozinhar, limpar, lavar roupa e cuidar de filhos e pais, mesmo quando têm companheiros masculinos.

Em geral, portanto, a dominação racial e baseada no gênero persiste no atual regime, mesmo com contornos mais borrados. De fato, a nova configuração pode até

agravar a animosidade racial e o ressentimento de gênero. Quando séculos de estigma e violação se encontram com a necessidade voraz do capital de sujeitos para explorar e expropriar, o resultado é intensa insegurança e paranoia – portanto, uma disputa desesperada por segurança –, bem como racismo e sexismo exacerbados. Aqueles que estavam antes protegidos de grande parte da predação estão menos do que ávidos para dividir os fardos dela agora – e não só porque são sexistas ou racistas, ainda que alguns o sejam. O fato é que eles também têm sofrimentos legítimos que vêm à tona de um modo ou de outro – como é de se esperar. Na ausência de um movimento inter-racial e inter-gênero para abolir um sistema social que impõe uma expropriação quase universal enquanto canibaliza a reprodução social, seus sofrimentos encontram expressão em fileiras crescentes de um populismo autoritário de direita. Esses movimentos, que florescem em quase todo país do histórico centro do capitalismo, representam a resposta previsível ao “neoliberalismo progressista” hegemônico do tempo presente, o qual cinicamente lança mão de apelos à “justiça” enquanto amplia a expropriação e corta o apoio público à reprodução social. Na realidade, pede que aqueles que foram um dia protegidos do pior em função de sua posição como homens, “brancos” e/ou “europeus”, abram mão de seu status privilegiado, abracem sua crescente precariedade e se rendam à violação, isso enquanto canaliza seus ativos para investidores privados e não oferece nada além de apoio moral em troca. Nesse mundo cão do capitalismo

financeirizado, é praticamente impossível vislumbrar um caminho “democrático” para um capitalismo não racial e não sexista.

Jaeggi: Mas você acredita mesmo que seja fácil vislumbrar um caminho para uma ordem não racista e não sexista que seja *pós-capitalista*?

Fraser: Não, claro que não, mas o cerne desse projeto é claro. *Contra* compreensões tradicionais de socialismo, um foco exclusivo na exploração e na produção não tem como emancipar as pessoas trabalhadoras de todas as cores e gêneros. Do mesmo modo, é necessário mirar na expropriação e na reprodução, às quais a exploração e a produção estão vinculadas. Pela mesma razão, *contra* feministas e antirracistas liberais, um foco exclusivo na discriminação, na ideologia e no direito não é o melhor caminho para superar o racismo ou o sexismo; também é necessário enfrentar o vínculo persistente no capitalismo entre expropriação e exploração, reprodução e produção. Os dois projetos requerem um radicalismo mais profundo, que vise a uma transformação estrutural da matriz social como um todo. Isso significa superar tanto as “ex” do capitalismo quanto sua divisão entre produção/reprodução por meio da abolição do sistema mais amplo que gera sua simbiose.

O LIVRO

Capitalismo em debate nos convida a participar de uma conversa fascinante entre Nancy Fraser e Rahel Jaeggi. Construída justamente em forma de diálogo, a obra lança um olhar revigorado sobre as grandes questões que envolvem aquilo que entendemos por “capitalismo”, desfazendo muitos lugares comuns sobre o que ele é e como submetê-lo à crítica. As autoras mostram como, ao longo da história, o capitalismo se baseou em uma série de separações institucionais entre economia e política, produção e reprodução social, natureza humana e não humana, reajustando periodicamente as fronteiras entre esses domínios em resposta a crises e revoltas sociais. O diálogo reflete sobre como essas “lutas de fronteira” oferecem uma chave para entender as contradições do capitalismo e as múltiplas formas de conflito que ele gera.

O resultado é uma inovadora crítica da crise do capitalismo, repleta de diagnósticos afiados a respeito do recente ressurgimento do chamado populismo de direita, e um mapa para pensar alternativas radicais à esquerda. Escrito por duas das principais teóricas críticas da atualidade, este livro constitui leitura obrigatória para qualquer pessoa preocupada com a natureza e o futuro do capitalismo e com as questões-chave da política progressista de hoje.

AS AUTORAS

NANCY FRASER nasceu em Baltimore, em 20 de maio de 1947. Ela é professora titular de ciências políticas e sociais da New School for Social Research, em Nova York. Expoente do feminismo, tema com o qual trabalha desde o início da carreira e pelo qual milita politicamente, e da teoria crítica, publicou diversos trabalhos de grande impacto nessas e em outras áreas da filosofia política e social. Em 2019, publicou, em coautoria com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, outras duas organizadoras da Greve Internacional das Mulheres, *Feminismo para os 99%*.

RAHEL JAEGGI nasceu em Berna, Suíça, em 19 de julho de 1967. É professora de filosofia na Universidade Humboldt, em Berlim, onde também dirige o Centro de Humanidades e Mudança Social. Desenvolve um caminho alternativo à crítica reconstrutiva de Habermas e Honneth, insistindo no que chama de crítica imanente. Fortemente baseada em Hegel, Marx e Freud, sua perspectiva é marcada pela retomada de *insights* originais presentes no ensaio “Teoria tradicional e teoria crítica”, texto fundador da Escola de Frankfurt.

“Esta é a alternativa ao moralismo progressista que apoio: não deixar o racismo e o sexismo de lado como ‘superestruturais’, e sim insistir que são estruturais e estão profundamente imbricados na dominação de classe (e gênero). Não precisamos jogar a dominação de classe e a hierarquia de status uma contra a outra. Ambas são parte e parcela da sociedade capitalista, coprodutos de suas divisões estruturais.”

– **NANCY FRASER**

“Fraser e Jaeggi fornecem um poderoso mapa para a reconstrução do socialismo democrático no século XXI.” – **PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS**